

A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA FEIRA DE ARTESANATO DA BEIRA MAR EM FORTALEZA, CEARÁ

THE INSTITUTIONALIZATION OF THE HANDCRAFTS FAIR OF BEIRA MAR, FORTALEZA, CEARÁ, BRAZIL

Thalita Silva Calíope

Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Administração e Controladoria da Universidade Federal do Ceará (UFC), Fortaleza (CE), Brasil

Data de recebimento: 22-01-2014

Data de aceite: 23-10-2015

Ilze Eneida Paris da Conceição

Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Administração e Controladoria da Universidade Federal do Ceará (UFC), Fortaleza (CE), Brasil

Augusto César de Aquino Cabral

Professor do Programa de Pós-Graduação em Administração e Controladoria da Universidade Federal do Ceará (UFC), Fortaleza (CE), Brasil. Doutor em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte (MG), Brasil

Sandra Maria dos Santos

Professora do Programa de Pós-Graduação em Administração e Controladoria da Universidade Federal do Ceará (UFC), Fortaleza (CE), Brasil. Doutora em Economia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFP), Recife (PE), Brasil

Maria Naiula Monteiro Pessoa

Professora do Programa de Pós-Graduação em Administração e Controladoria da Universidade Federal do Ceará (UFC), Fortaleza (CE), Brasil. Doutora em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis (SC), Brasil

RESUMO

Parte da cultura cearense há mais de trinta anos, a Feira de Artesanato da Beira Mar tem se destacado cada vez mais nos âmbitos nacional e internacional, tendo passado por mudanças de várias ordens. Deste modo, esta pesquisa tem por objetivo analisar o processo de institucionalização da Feira de Artesanato da Beira Mar em Fortaleza, Ceará, utilizando o modelo de processo de institucionalização de Tolbert e Zucker (1998), constituído de três fases: habitualização, objetivização e sedimentação. A pesquisa se classifica como qualitativa, documental e de campo, sendo realizadas entrevistas semiestruturadas com 29 feirantes, analisadas pela técnica de análise de conteúdo. Os resultados mostraram que o principal fator que motivou o surgimento da feira foi o econômico, pois se buscava um meio de sobrevivência, sendo os feirantes os principais atores nesse processo. A feira encontra-se no estágio de sedimentação e predomina o isomorfismo normativo, seguido do isomorfismo coercitivo.

Palavras-chave: Institucionalização; Feira de Artesanato da Beira Mar; feirante.

ABSTRACT

Part of Ceará's culture for over thirty years, the Craft Fair of Beira Mar has increasingly emerged in national and international levels, having gone through changes of several orders. Thus, this research aims to analyze the process of institutionalization of the Craft Fair of Beira Mar in Fortaleza, Ceará, Brazil, using the model of institutionalization of Tolbert and Zucker (1998) process, which consists of three phases: habitualization, objectification and sedimentation. This is a qualitative, documentary and field research, with semi-structured interviews being held with 29 stallholders and analyzed through content analysis technique. The results showed that the main factor that motivated the emergence of the fair was of economic nature, since it sought for a way to survive, with the stallholders being the main actors in this process. The fair is in the stage of sedimentation and the normative isomorphism predominates, followed by coercive isomorphism.

Keywords: Institutionalization; Craft Fair of Beira Mar; Market trader.

Endereço dos autores:

Thalita Silva Calíope
thalitalcaliope@gmail.com

Ilze Eneida Paris da Conceição
ilzeparis@hotmail.com

Augusto César de Aquino Cabral
cabral@ufc.br

Sandra Maria dos Santos
smsantos@ufc.br

Maria Naiula Monteiro Pessoa
naiula@ufc.br

1. INTRODUÇÃO

Cartão-postal da cidade de Fortaleza, a avenida Beira Mar atrai e encanta tanto turistas quanto moradores locais por suas características marcantes como a beleza da paisagem, que mistura o antigo e o moderno. Destaca-se, então, a Feira de Artesanato da Beira Mar, que retrata a cultura de um povo pelo seu artesanato, por comidas típicas e pelo próprio modo de ser.

Gonçalves (2009) evidencia que, no final dos anos 1970, teve início na calçada do Othon Palace Hotel (atual Oásis Atlântico Imperial) a venda de artesanato aos turistas que se hospedavam ali, originando a Feira de Artesanato da Volta da Jurema, que posteriormente ficou conhecida como Feira de Artesanato da Beira Mar, objeto de estudo desta pesquisa. Em 1995, devido à contribuição da feira para o desenvolvimento turístico, geração de empregos e exposição da arte do povo cearense, ela foi tombada como Patrimônio Cultural do Município de Fortaleza (FORTALEZA, 1995).

Conforme a Secretaria de Cultura de Fortaleza (2013a), o conceito de patrimônio cultural não se restringe somente ao patrimônio edificado, ou seja, aos bens imóveis representantes de certa monumentalidade, mas envolve também a memória e toda a expressão imaterial ou intangível. Nesse sentido, a Feira de Artesanato é um patrimônio cultural imaterial e inclui as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas que as comunidades, os grupos e os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA, 2013). Em 2000, a feira passou por intervenções por causa do seu crescimento e de demandas solicitadas ao poder público. Em 2006, passou por um novo reordenamento quando houve nova padronização e layout da disposição das barracas (GONÇALVES, 2009).

Trata-se dos chamados movimentos populares artesanais, ou seja, um arranjo socioeconômico

alternativo baseado no saber popular com o intuito de geração de renda. Esses processos populares de geração de renda têm se tornado cada vez mais comuns no Brasil, levando o poder público a tomar medidas de coação ou legitimação dessas práticas. No caso de legitimação, incorpora políticas públicas locais com a finalidade de organizar o aumento do número de pessoas que ingressam nesses processos (PIMENTA; MELLO, 2014). Ainda segundo os autores citados, a produção artística aglutinada ao lucro ajuda na fidelização e ampliação do público-alvo dessas práticas, ou seja, os turistas, pelo melhor aproveitamento dos recursos naturais, históricos e culturais, como é o caso da Feira de Artesanato da Beira Mar em Fortaleza.

Deste modo, além de ser um processo popular de geração de renda, a Feira de Artesanato da Beira Mar constitui-se como um importante segmento dentro da indústria cultural, um dos conceitos da economia criativa. Ela combina a vertente cultural com a econômica, englobando atividades de criação, produção e comercialização de conteúdos intangíveis e culturais visando à promoção e manutenção da diversidade cultural (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2010). Por isso, faz-se necessário compreender seu surgimento, quem foram os atores que contribuíram para isso, qual o posicionamento dos órgãos públicos diante dessa iniciativa; ou seja, é necessário compreender como se deu o processo de institucionalização da Feira de Artesanato. Portanto, formulou-se o seguinte problema para pesquisa: como se configurou o processo de institucionalização da Feira de Artesanato da Beira Mar em Fortaleza?

Partiu-se dos pressupostos de que: 1) O principal fator que motivou o surgimento e desenvolvimento da feira foi a necessidade dos feirantes de encontrar um meio para sua subsistência; 2) Os principais atores sociais no processo de institucionalização da Feira são os próprios feirantes; 3) Os impactos positivos, geração de emprego, renda e valorização do artesanato local, percebidos pelos

grupos de interesse, contribuem para a continuidade da feira; 4) Prevalece o isomorfismo normativo na feira.

Dessarte, o objetivo deste artigo é analisar o processo de institucionalização da Feira de Artesanato da Beira Mar em Fortaleza pelos modelos propostos por Tolbert e Zucker (1998) e por DiMaggio e Powell (2007). Com os objetivos específicos, procurou-se: 1) Identificar os principais fatores que motivaram o surgimento e desenvolvimento da Feira de Artesanato da Beira Mar em Fortaleza, ou seja, a fase de habitualização da feira; 2) Identificar os principais atores sociais no processo de institucionalização da Feira de Artesanato da Beira Mar em Fortaleza, isto é, a fase de objetivação da feira; 3) Identificar os impactos positivos, os grupos de interesse e resistência, a abrangência da disseminação e a perspectiva de continuidade da Feira de Artesanato da Beira Mar em Fortaleza, a saber, a fase de sedimentação da feira; 4) Identificar as características isomórficas da Feira de Artesanato da Beira Mar em Fortaleza.

Para alcançar os objetivos propostos, realizaram-se pesquisas documentais, bibliográficas e de campo, além de entrevistas semiestruturadas com 29 feirantes. Na análise dos dados, utilizou-se a técnica de análise de conteúdo.

Este trabalho está estruturado em cinco seções. Na primeira seção, são apresentadas a justificativa e a relevância do estudo, bem como o problema de pesquisa e os objetivos geral e específicos. Na segunda seção, expõem-se os aspectos teóricos fundamentados da Teoria Institucional. Em seguida é apresentada a metodologia da pesquisa. Na quarta seção, tem-se a análise dos resultados obtidos com a pesquisa. Por último, têm-se as considerações finais.

2. TEORIA INSTITUCIONAL

Estudar as organizações sempre foi objeto de estudo de muitos teóricos, desde as abordagens

clássicas. Até 1940, todas as teorias desenvolvidas assentavam-se em uma linha racional de ação, analisando as organizações como sistemas fechados. A partir de 1940, outros teóricos da administração começaram a mostrar certa preocupação com a relação organização-ambiente. Neste contexto emerge a Teoria Institucional com os trabalhos de Selznick, impulsionada pelos estudos de Merton, DiMaggio, Powell, Zucker, Meyer, Rowan e outros, com contribuições iniciais de Weber e Durkheim (QUINELLO, 2007). As organizações começam a ser vistas num contexto institucional no qual, segundo Berger e Luckmann (1989), existe um conjunto de regras e práticas que definem o comportamento de um grupo específico em uma situação específica, dotadas de significados e esquemas de interpretação que as legitimam perante a sociedade.

Greenwood et al. (2008) apontam que a questão central da Teoria Institucional é: por que as organizações apresentam determinados modelos organizacionais que desafiam a explicação racional tradicional e quais são as consequências disso? Eles argumentam que no ambiente existem pressões institucionais que afetam todas as organizações, fazendo que elas se tornem isomórficas com seus contextos institucionais para terem aprovação social. A conformidade com as pressões sociais podem ser contrárias à eficiência, portanto essa conformidade pode ser apenas cerimonial, para obter legitimação.

2.1. O processo de institucionalização

No campo organizacional é de vital importância entender a realidade social tanto na sua dimensão relacional como na dimensão simbólica, ambas inseridas dentro de um contexto espaço-temporalmente delimitado (MACHADO-DA-SILVA; GUARIDO FILHO; ROSSONI, 2010). DiMaggio e Powell (2007) definem campo organizacional como as organizações que, juntas, compõem uma área reconhecida da vida institucional:

fornecedores-chave, consumidores de recursos e produtos, agências regulatórias e outras organizações que produzem serviços e produtos semelhantes. Tais campos só existem na medida em que são definidos institucionalmente.

Isso remete às perspectivas teóricas sobre campos organizacionais apresentadas por Machado-da-Silva, Guarido Filho e Rossoni (2010), nas quais se defende o campo organizacional como a totalidade de atores relevantes que interagem entre si dentro de uma arena funcionalmente específica, reconhecendo-se como participantes de um mesmo debate sobre temáticas comuns. Esse campo também pode ser resultante de uma disputa pelos recursos existentes e pela posição em relação aos outros. Organizações com mais poder podem influenciar as regras dentro do campo organizacional em função dos seus interesses, levando a uma estruturação e coesão social (MACHADO-DA-SILVA; GUARIDO FILHO; ROSSONI, 2010). Tal estruturação induz a um caráter conservador da arena institucional, limitando a diversidade e conduzindo à homogeneidade (DIMAGGIO; POWELL, 2007), ou seja, “as organizações sobrevivem ao compartilharem valores em um determinado espaço social” (VIEIRA; CARVALHO, 2003, p. 12).

Neste aspecto, a abordagem institucional é entendida por Prates (2000, p. 90) como “uma abordagem simbólico-interpretativa da realidade organizacional, apresentando uma posição epistemológica predominantemente subjetivista, em que é salientada a construção da realidade organizacional”. A preocupação em explicar e interpretar fenômenos sociais remonta a Weber, que por meio do seu modelo burocrático introduziu conceitos como dominação, política e legitimação, alguns deles muito utilizados hoje na abordagem institucional. Para ele, uma instituição teria um começo na interação de poucos atores, dos quais, com o passar do tempo, adquiriria alguma independência, levando ao hábito e legitimação e, conseqüentemente, à institucionalização (QUINELLO, 2007).

A institucionalização tem sua origem na atividade humana, que depois de repetida leva à habituação e tipificação. Para que haja a tipificação, é preciso ter uma situação social continuada e certo controle social. Toda conduta institucionalizada envolve papéis, que representam a ordem institucional, no sentido referido ou simbólico. A ordem institucional é real apenas na medida em que é realizada em papéis desempenhados. Os papéis são representativos de uma ordem institucional que define seu caráter e da qual derivam o seu sentido objetivo (BERGER; LUCKMANN, 1989). Assim, o processo de institucionalização envolve regras, etapas, continuidade, ordem e controle social.

Existem vários modelos de processos de institucionalização. Um deles é o de Berger e Luckmann (1989), em que a sociedade pode ser vista como uma realidade subjetiva e objetiva e o ser humano está sujeito a uma interferência socialmente determinada, se exteriorizando nas suas atividades, o que leva a uma ordem social. Para entender essa ordem, é essencial entender as variáveis que levam à sua emergência, manutenção e transmissão, resultando na teoria da institucionalização, que se concentra entre os atores individuais. Esse modelo se resume basicamente à submissão dos indivíduos às ações habituais que vão gerar tipificações, criando-se uma situação social duradoura. Isso leva à objetivação, culminando na transmissão e compartilhamento das práticas e posterior reconhecimento social.

A partir desse modelo, Zucker (1977) estendeu o processo de institucionalização para as organizações com três etapas: transmissão, manutenção e resistência à mudança. Na transmissão, a cultura é transmitida para outros atores ou gerações, podendo ter influências pessoais ou não, daí a necessidade de procurar mecanismos de uniformidade exteriores e objetivos específicos. A manutenção depende do grau de institucionalização, que é inversamente proporcional ao controle social direto, e quanto mais institucionalizado for o ambiente, menor a necessidade de manutenção. Na etapa final, resistência

às mudanças, evidencia-se o grau de institucionalização; quanto mais as ações altamente reconhecidas forem exibidas, menor será a probabilidade de mudanças. As resistências não serão bem sucedidas, dado que são vistas como fatos externos, levando à redefinição do ator que procura a mudança.

No entanto, o modelo de processo de institucionalização mais conhecido é o de Tolbert e Zucker (1998), desenvolvido e adaptado dos modelos supracitados, que consiste em três etapas: habitualização, objetificação e sedimentação, conforme ilustrado na Figura 1.

Neste modelo, surgem mudanças no contexto organizacional, que podem ser tecnológicas, de mercado ou na legislação, levando as empresas a desenvolverem novos arranjos estruturais em resposta às incertezas e aos problemas organizacionais.

Elas podem inovar ou utilizar soluções desenvolvidas por outros, estimulando a imitação e difusão. Essa fase é chamada de pré-institucionalização ou habitualização, e tem curta duração, bem como um número limitado de agentes.

Quando a estrutura começa a se tornar mais permanente, atinge-se a fase da objetificação, que envolve a difusão da nova estrutura com certo grau de consenso social e crescente adoção. A organização começa a monitorar os competidores para avaliar os riscos, custos e benefícios de adotar a nova estrutura. Nesse contexto, surgem os **champions** (defensores) com duas tarefas: definição de um problema genérico e justificação de um arranjo estrutural formal como a solução para o problema. Essa teorização atribui legitimidade cognitiva e normativa à estrutura.

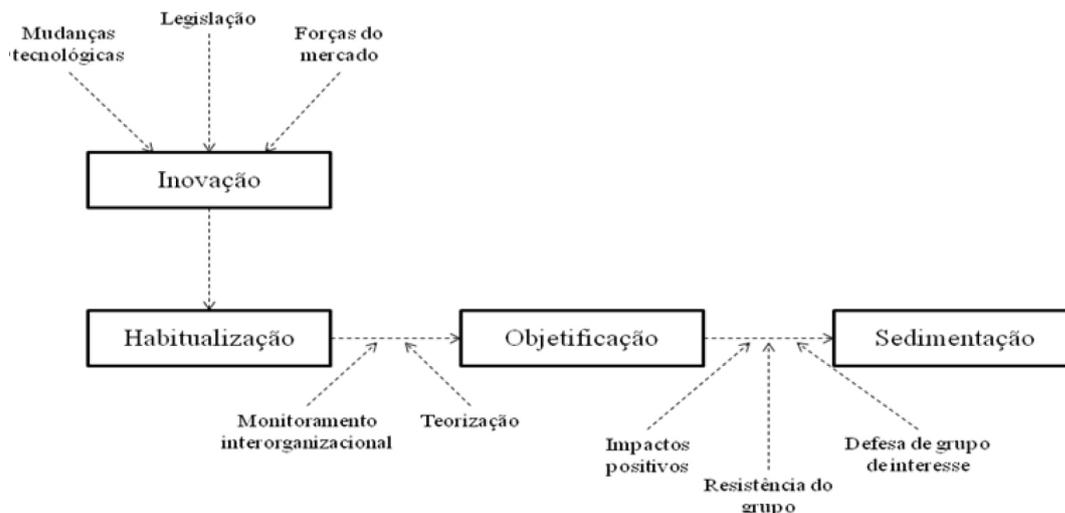


Figura 1 – Processos inerentes à institucionalização

Fonte: Tolbert e Zucker (1998).

A última etapa, sedimentação, pressupõe a continuidade histórica da estrutura, abrangência da difusão e sobrevivência em longo prazo. A abrangência da difusão pode ser impactada por diversos fatores, com destaque para um conjunto de atores que afetam adversamente a estrutura, podendo se mobilizar contra ela e levar a conflitos

de interesses. A total institucionalização depende da baixa resistência de grupos de oposição, da promoção de apoios contínuos por grupos defensores e da relação positiva com os resultados desejados.

A completa institucionalização pressupõe a continuidade histórica da instituição. Para Berger e Luckmann (1989), essa instituição será então vista

como um conjunto de regras e práticas que definem o comportamento do grupo específico em uma situação específica, revestidas de significados e esquemas de interpretação que as legitimam. Tais significados são produzidos pelas atividades interativas dos agentes sociais e as práticas institucionalizadas são tomadas como certas (***taken for granted***), amplamente aceitas e resistentes às mudanças. Tornam-se, desta maneira, objetivas, permitindo que as formações sociais possam ser transmitidas a uma nova geração (GREENWOOD et al., 2008). Depois dessa transmissão e compartilhamento das práticas, dá-se o reconhecimento social e a conseqüente legitimação (QUINELLO, 2007). Cabe ressaltar que a institucionalização não é um processo irreversível e o universo de significação pode ser diferente para cada agente.

2.2. Legitimação e isomorfismo

Depois de construída e instaurada uma ordem social, ocorre a legitimação, que tem duas funções: explicar a ordem social, pois atribui validade cognitiva aos seus significados objetivados; e justificar a ordem social dando dignidade normativa aos seus imperativos práticos. Ou seja, diz ao indivíduo por que deve realizar uma ação e por que as coisas são o que são, mostrando que o conhecimento precede os valores na legitimação (BERGER; LUCKMANN, 1989). Após a legitimação é criado um universo simbólico que integra todos os processos institucionais, dando sentido para a sociedade e legitimando os papéis desempenhados pelos agentes (QUINELLO, 2007). Neste caso, a legitimidade é a objetivação de significados, tornando objetivamente acessível e subjetivamente plausível as objetivações institucionalizadas, criando a integração desses significados (BERGER; LUCKMANN, 1998). Para Deephouse e Suchman (2008), trata-se de uma percepção ou suposição generalizada de que as ações de uma entidade são desejáveis, adequadas ou apropriadas dentro de um sistema de

normas, valores, crenças e definições socialmente construídas. A institucionalização é, assim, sustentada pela legitimidade.

Relacionado à legitimidade está o conceito de isomorfismo, principalmente o isomorfismo coercitivo, que provém da influência política e de problemas de legitimidade. Cabe entender o que significa o isomorfismo. Segundo DiMaggio e Powell (2007, p. 120) o isomorfismo “sugere que as características organizacionais são modificadas no sentido de uma compatibilidade crescente com as características do ambiente”, de maneira a obter legitimação institucional e ajustamento social. Os autores supracitados definem três tipos de mecanismos de mudança isomórfica institucional: coercitivo, mimético e normativo.

O isomorfismo coercitivo é resultante das pressões formais e informais exercidas sobre as organizações por outras organizações das quais dependem ou por expectativas culturais da sociedade em relação às funções da organização. Pode ocorrer por delegações governamentais, leis e normas internas, persuasão ou conspiração. O Estado e as grandes organizações estendem suas regras legitimadas e institucionalizadas para a arena social.

O isomorfismo mimético deriva das respostas às incertezas ambientais, levando as empresas a imitar modelos, como no caso de tecnologias, objetivos ambíguos, incerteza simbólica do ambiente, rendendo uma solução viável de baixo custo. A imitadora adota suas iniciativas ou mudanças para demonstrar legitimidade perante agentes internos e externos. Ela se espelha em organizações as quais percebe como as mais legítimas ou bem-sucedidas. O isomorfismo normativo provém da profissionalização, interpretado como uma luta coletiva dos membros de uma ocupação para definir métodos e condições dos seus trabalhos, para controlar e estabelecer uma base e legitimação cognitivas para suas autonomias ocupacionais. Pode ocorrer por pressões miméticas e coercitivas (DIMAGGIO; POWELL, 2007).

Deste modo, as organizações tendem a adotar determinados modelos e regras para aumentar sua legitimidade e se perpetuarem em determinado campo organizacional.

3. METODOLOGIA

Com o objetivo de analisar o processo de institucionalização da Feira de Artesanato da Beira Mar em Fortaleza, delimitou-se um conjunto de procedimentos metodológicos. Este é um estudo qualitativo, pois procura descrever o processo de institucionalização da Feira de Artesanato da Beira Mar na visão dos próprios feirantes. Sampieri, Collado e Lucio (2013) explicam que na pesquisa qualitativa a ênfase está na compreensão do fenômeno em seu ambiente usual.

O estudo é exploratório, visto que é realizado quando um tema ou problema é pouco estudado, quando se tem muitas dúvidas ou não há estudos anteriores para buscar informações (COLLIS; HUSSEY, 2005; SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2013) como é o caso das feiras de artesanato. Vergara e Silva (2007) argumentam que as teorias organizacionais são focadas nas organizações industriais e nas consequências econômicas e sociais delas decorrentes e por isso apresentam limitações para o entendimento das singularidades da produção artesanal. É também um estudo descritivo, em que, conforme Sampieri, Collado e Lucio (2013), explicitam-se as características e os perfis do fenômeno analisado, destarte, descreve-se como ocorreu o processo de institucionalização na feira.

Com relação à estratégia de pesquisa, é um estudo de caso, sendo a Feira de Artesanato da Beira Mar a unidade de análise. Yin (2010) expõe que o estudo de caso é uma investigação empírica de um fenômeno atual dentro de seu contexto, principalmente quando não há um limite bem definido entre o fenômeno e seu contexto. O estudo de caso baseia-se em várias fontes de evidências, o que pode ajudar a estabelecer a validade do constructo

e a confiabilidade de um estudo de caso, em que os dados convergem e beneficia-se do desenvolvimento prévio de proposições teóricas para conduzir a coleta e análise de dados (YIN, 2010).

Os sujeitos da pesquisa são os feirantes mais antigos da Feira de Artesanato da Beira Mar. Tendo em vista que para análise dos dados foi utilizada a fala dos entrevistados, adotou-se a identificação: E1 a E29 (Entrevistado 1, Entrevistado 2... Entrevistado 29). Entrevistou-se 29 feirantes até atingir o ponto de saturação. Para Thiry-Cherques (2009) a saturação determina quando as observações deixam de ser necessárias, pois não há mais informações que ampliem o número de propriedades do objeto investigado.

A amostragem é não probabilística, haja vista que, de acordo com May (2004), não há uma moldura de amostragem, ou seja, não existe o cadastro atualizado de todos os feirantes. Embora se tenha a informação de que a Feira possui 649 barracas dispostas nas categorias confecção, bordado, artesanato, cama e mesa, renda, redes, bijuterias, bolsas, gessos e barro, calçados, produtos regionais, couros e moda praia, o termo de permissão está desatualizado desde 1996 (FORTALEZA, 2013b), o que impossibilita identificar precisamente quem são os feirantes.

A amostragem é ainda por julgamento, já que os entrevistados foram escolhidos a partir da percepção das entrevistadoras de que eram antigos na feira, pois dessa maneira poderiam falar sobre a trajetória dela e bola de neve, porque alguns feirantes indicavam outros feirantes que estavam nela há mais tempo. Na coleta de dados, foram realizadas entrevistas semiestruturadas e pesquisa documental e bibliográfica. Uma das vantagens da utilização da entrevista é que os participantes podem fornecer informações históricas, embora proporcione informações indiretas em conformidade com a percepção do entrevistado (CRESWELL, 2010). As entrevistas foram realizadas entre 12 e 17 de julho de 2013 na própria feira com o auxílio de um gravador e tiveram duração média de seis minutos.

O roteiro de entrevistas foi baseado no roteiro de Lima (2012) e está dividido em quatro partes: perfil dos respondentes, parte histórica, principais atores e configuração e processo de institucionalização. Na primeira parte, procurou-se traçar o perfil dos entrevistados, com base na idade, sexo, tempo como feirante, profissão anterior e outras atividades que exerce. Na parte histórica, perguntou-se sobre as fases e marcos no surgimento da feira. Nos principais atores, indagou-se sobre os principais grupos criados pelos feirantes e as instituições envolvidas com a feira. Finalmente, na configuração e processo de institucionalização questionaram-se as principais crenças, normas e valores, a situação atual da feira, os principais problemas e a importância dela para o Ceará.

A pesquisa bibliográfica foi realizada a partir de livros, artigos e periódicos. A pesquisa documental foi baseada em arquivos do acervo da Secretaria de Cultura de Fortaleza – Lei nº 7719, de 28 de maio de 1995, da Câmara Municipal de Fortaleza – e da Secretaria Executiva Regional II (SER II) – o Decreto nº 8324, de 15 de junho de 1990, com nova redação dada pelo Decreto nº 9300, de 17 de janeiro de 1994, da Secretaria de Serviços Públicos; o Diário Oficial do Município de Fortaleza, ano XXXVIII, de 22 de junho de 1990, nº 9397; Relatório sobre a Fiscalização do

Comércio Ambulante de 2 de julho de 2013 da SER II para Secretaria de Urbanismo e Meio Ambiente; e o Termo de Permissão de uso outorgado pelo município de Fortaleza com a interveniência da SER II.

Os dados obtidos foram analisados pela análise de conteúdo, para produzir inferências do texto para seu contexto de modo objetivado, permitindo “reconstruir indicadores e cosmovisões, valores, atitudes, opiniões, preconceitos e estereótipos, e compará-los em comunidade” (BAUER; GASKELL, 2011, p. 192). Para tanto, utilizaram-se as três fases propostas por Bardin (1977): pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados. Na pré-análise, as entrevistas foram transcritas e as falas semelhantes foram recortadas. Na exploração do material foram escolhidas as categorias, subcategorias e unidades de análise com o objetivo de traçar como se desenvolveu a feira ao longo do tempo. Para tanto, as categorias de análise foram definidas de acordo com o modelo proposto por Tolbert e Zucker (1998) e com os mecanismos de mudança isomórfica segundo DiMaggio e Powell (2007), que podem ser observadas no Quadro 1. Na última etapa, que é o tratamento dos resultados, os dados são tratados e agrupados para que sejam significativos e válidos.

Quadro 1 – Categorias, subcategorias e temas de análise

Categoria	Subcategoria	Temas de análise
Processo de institucionalização	Habitualização	Mudanças tecnológicas
		Legislação
		Forças de mercado
	Objetificação	Monitoramento interorganizacional
		Teorização
	Sedimentação	Impactos positivos
		Resistência do grupo
		Defesa de grupo de interesse

Continua

Quadro 1 – Continuação

Categoria	Subcategoria	Temas de análise
Mecanismos de mudança isomórfica	Coercitivo	Pressões formais
		Pressões informais
	Mimético	Incertezas ambientais
		Imitação
	Normativo	Profissionalização
		Legitimação cognitiva

Fonte: Adaptado de Tolbert e Zucker (1998) e DiMaggio e Powell (2007).

4. ANÁLISE DOS DADOS

A análise dos dados encontra-se dividida em três subseções: perfil dos entrevistados, processo de institucionalização da Feira de Artesanato da Beira Mar e mecanismos de mudança isomórfica. Os dados apresentados foram retirados das entrevistas realizadas com os feirantes e dos documentos obtidos na SER II.

4.1. Perfil dos entrevistados

Para a realização da pesquisa de campo foram realizadas entrevistas com os feirantes. Dessarte pôde-se obter um perfil dos entrevistados, totalizando 29. Desse total, 19 são mulheres e 10 são homens. A maioria dos feirantes, 14 deles, tem idade entre 51 e 70 anos; 4 deles têm entre 40 e 50 anos; 9 deles têm entre 61 e 70; e 2 deles têm entre 71 e 80.

Os feirantes entrevistados trabalham, em média, há 29 anos na feira. Do total dos entrevistados, a maioria é artesão, embora alguns não exerçam a atividade. Isso se justifica por eles serem os mais antigos da feira, que no início era formada somente por artesãos. Durante a pesquisa foram identificados três tipos de feirantes: os artesãos que confeccionam seus produtos e os vendem, os comerciantes que revendem o artesanato produzido por terceiros e os comerciantes que vendem outros produtos que não são artesanato.

Ressalta-se ainda que a maioria dos feirantes não tinha outra profissão antes de se tornar feirante e que hoje eles têm como ocupação única a feira.

4.2. Processo de institucionalização da Feira de Artesanato da Beira Mar

Para analisar o processo de institucionalização da Feira de Artesanato da Beira Mar, utilizou-se o modelo de Tolbert e Zucker (1998), constituído por três fases: habitualização, objetificação e sedimentação.

4.2.1. Habitualização ou pré-institucionalização

No estágio da habitualização são analisadas as forças e mudanças que levaram ao surgimento da Feira. Dentre os temas de análise, foram identificadas as forças de mercado e a legislação.

De acordo com os feirantes (E1, E2, E4, E16, E17, E20, E26, E27), no final dos anos 1970, ocorreu o movimento das praças, no qual os artesãos iam expor seu artesanato. No entanto, foram chegando cada vez mais artesãos e o espaço foi ficando reduzido. Então, em 1978, algumas pessoas (mais ou menos seis) decidiram expor seus produtos em frente ao hotel Othon Palace (atual Hotel Oásis Atlântico Imperial) com o intuito de vendê-los aos turistas.

Mas essas pessoas foram expulsas desse local, pois era inconveniente tê-los na porta do hotel. Por isso, saíram das portas dos hotéis e foram para

o calçadão expor suas mercadorias, onde já existia uma feira conhecida como Feira Hippie, em que alguns hippies colocavam os seus produtos sobre os bancos. No calçadão, as pessoas dispunham suas mercadorias de forma desordenada, sobre lonas ou outros equipamentos rudimentares como

bancos, tripés, originando a feira. No Quadro 2 são apresentadas algumas das forças de mercado que levaram as pessoas a começar a vender no calçadão. Os principais motivos foram o desemprego e a necessidade de encontrar um meio de subsistência.

Quadro 2 – Motivos que levaram as pessoas a começar a vender no calçadão

“Vinha, e aí botava pra ver se vendia alguma coisa e aí dava certo, e a gente ficou” (E2)
“Eu vim, deu vontade de vir pra Beira Mar [...] Só que nessa época eu estava desempregada.” (E7)
“Quando eu cheguei tinha pouca gente, tinham umas seis comigo [...] e eu tava desempregada” (E10)
“Eu não tinha emprego, eu tinha uma amiga que trabalhava na feira, aí eu entendi de vir trabalhar com ela, aí ganhei um ponto e tô aqui” (E12)
“Foi essas sete a oito pessoas que pegaram, vieram, tinham a necessidade mesmo de manter a família” (E14)
“Surgiu de uma necessidade mesmo do povo, que eles viram que aqui podia ser, trazer alguns dividendos pra pessoa né” (E17)
“O pessoal começou a montar as coisas no calçadão, necessidade né? [...] porque o desemprego tá grande né, há muito tempo isso” (E26)
“Porque eu fazia o trabalho e tinha de vender, né? Aí o pessoal vai dizendo: vai pra Beira Mar” (E29)

Fonte: Elaboração dos autores.

Como as pessoas apenas chegavam e apropriavam-se do espaço, o número das pessoas na calçada foi crescendo de tal modo que se fez necessária a intervenção governamental, por ser um espaço público e pelos problemas decorrentes. A partir desse momento identifica-se o tema de análise legislação. De acordo com o entrevistado E27, “quando a feira tava já com [...] umas 100 pessoas [...] a fiscalização do rapa veio e prendeu as mercadorias das pessoas [...]; nós fomos ao governo do Estado, que era o Virgílio nesse tempo, e o Virgílio escreveu um dito no qual não podiam mais prender a mercadoria dos artesões que trabalhavam aqui na calçada”.

Na gestão da Prefeita Maria Luiza (1986-1989), no ano de 1988, houve a primeira organização da feira. Foi solicitado aos feirantes que realizassem um cadastro na SER II (E7, E11, E17, E19, E27). Nesse processo de cadastramento, foram realizados testes práticos para verificar quem era artesão, quem era vendedor de artesanato e quem era comerciante de outras mercadorias. Todos teriam

que pagar uma taxa para a Prefeitura, sendo que essa taxa era menor no caso dos artesãos.

Os feirantes foram transferidos da calçada para um espaço mais próximo da orla (E13, E16, E29). Mas para isso, foi necessário colocá-los, temporariamente, perto da estátua de Iracema, enquanto pavimentavam o espaço com areia e brita e separavam-no com meios fios (E4). O espaço foi dividido em dois polos: o Polo I, destinado às pessoas que comercializavam artesanato e outros produtos, e o Polo II, para quem fosse artesão (E1, E7, E18, E27). Posteriormente os polos foram unificados (E1). Esse conjunto de mudanças estruturais fez que o número de pessoas da feira diminuísse devido a uma maior fiscalização por parte da Prefeitura (E27).

A primeira fase compreende desde o início da feira até a organização dela, haja vista que seu surgimento advém de um problema em comum dos feirantes: busca por um meio de sobrevivência. A partir disso, desenvolveram-se novos arranjos e estruturas e a feira difundiu-se, mas com um número limitado de agentes.

4.2.2. Objetificação ou semi-institucionalização

Nesse estágio constatou-se o tema de análise e teorização, no qual surgem os *champions* como defensores da estrutura. Tem-se uma maior presença do Poder Legislativo na organização e, conseqüentemente, na legitimação da feira.

Com a importância crescente das feiras na cidade de Fortaleza, em 1990 foi aprovado o Decreto nº 8324 de 15 de junho de 1990, que regulamentava o funcionamento das feiras de artesanato, considerando que já integravam os eventos turísticos de Fortaleza.

Visando a uma melhor organização da classe dos feirantes, em 1992 foi criada a Associação dos Feirantes de Artesanato da Beira Mar (ASFABEM), que passou a atuar nos órgãos governamentais (Poder Público Municipal, SER II) no sentido de obter um alinhamento entre os interesses dos feirantes com os dos órgãos governamentais. Uma das primeiras conquistas da ASFABEM foi a unificação dos Polos I e II. Em 1994, foi assinado o decreto nº 9300 de 14 de janeiro, que era a nova redação do Decreto nº 9143, de 9 de julho de 1993, regulamentando as atividades de comércio ambulante no município de Fortaleza:

É considerado comércio ambulante toda atividade comercial e de prestação de serviço, de caráter permanente ou eventual, exercida de maneira estacionária e itinerante, em vias ou logradouros públicos, por pessoas que não possuam qualquer tipo de vínculo empregatício ou funcional com pessoa pública ou privada (FORTALEZA, 1994).

Esse decreto estabeleceu ainda a existência de um termo de permissão, o preço público a ser pago pelos permissionários, a padronização dos equipamentos de trabalho, as responsabilidades dos permissionários e as penalidades por infringir as normas.

Sob a justificativa de que a Feira de Artesanato da Beira Mar é uma área de lazer, contribui para o desenvolvimento do turismo, expõe os “produtos da terra”, contribui para a conservação da memória da cidade e oferta empregos, foi sancionada a Lei nº 062/95 pelo Prefeito Antônio Cambraia (1993-1997), que a tombou como Patrimônio Cultural do Município em 1995. Cabe ainda ressaltar que o projeto para o tombamento da Feira foi proposto pelo Vereador Glauber Lacerda em parceria com a ASFABEM.

Durante o governo do Juraci Magalhães (1997-2005), o chão que era de areia e brita foi pavimentado com pedras. Foram instalados postes de iluminação pública, pois antes era feito com lampeão a gás.

Em 2006, a Feira passou por um novo reordenamento, momento em que houve nova padronização e disposição das barracas. Isso aconteceu no governo da Prefeita Luizianne Lins (2005-2012). Foram feitos também os corredores entre as barracas (E24, E29), melhorando a circulação das pessoas, a padronização das barracas, cujas medidas deveriam ser de 2 m x 2 m (E27), e dos carrinhos onde era guardada a mercadoria. Alguns dos feirantes demonstraram insatisfação com as mudanças efetuadas em 2006, uma vez que tiveram que mudar sua localização, o que, para os feirantes, influenciou negativamente nas vendas.

O Quadro 3 apresenta uma síntese das principais intervenções governamentais desde o surgimento da feira.

Quadro 3 – Intervenções governamentais

Ano	Intervenções governamentais
1990	Regulamentação do funcionamento das feiras de artesanato
1994	Regulamentação das atividades de comércio ambulante
1995	Tombamento da Feira como Patrimônio Cultural
2000	Pavimentação e iluminação do espaço
2006	Padronização e layout da disposição das barracas

Fonte: Elaboração dos autores.

Nesta fase, nota-se o crescimento e a difusão, bem como o surgimento dos *champions*, nesse caso a ASFABEM e a Prefeitura, que trouxeram maior legitimidade e aceitação social da feira. Segundo os feirantes, os principais atores que contribuíram para o desenvolvimento da feira foram eles mesmos (E7, E8, E20, E21, E22, E23, E24, E25, E28, E29), a Prefeitura (E2, E5, E24, E25) e os turistas (E3, E12, E15).

4.2.3. Sedimentação ou total institucionalização

Na fase final, são analisados os impactos positivos da atual estrutura, a existência de grupos defensores e de resistência, bem como a percepção de valor do grupo quanto à feira.

No período de 2006 a 2012 não houve mudanças propostas pelo poder público, apesar de terem sido escritos os projetos de Lei nº 0202/2007, que visava a oficialização da feira, e Lei nº 0024/2008, que almejava conceder o termo de permissão de uso aos ocupantes da feira; no entanto, tais projetos não foram aceitos.

No final de 2012, a melhor mudança de todos os tempos, segundo os feirantes, foi o fato de não terem mais de levar os carrinhos para o estacionamento (E1, E4, E8, E15, E20, E21, E27), pois a ASFABEM conseguiu um acordo com Prefeitura e com o Ministério Público para manter as estruturas no calçadão após o horário de comercialização, cobrindo os baús com lonas. Para isso foi necessário que os feirantes se adequassem ao novo modelo de barraca e de baú, padronizando esses elementos. Essa foi uma vitória comemorada porque antes os feirantes tinham que pagar um local para guardar os carrinhos após o término da feira e os carregadores para levá-los até lá. Assim, essa medida reduziu as despesas deles. Atualmente, esses carregadores organizaram-se em três turnos para fazer a vigilância da feira e são eles os responsáveis por montar e desmontar as barracas (E6, E21, E29).

A feira é conduzida por um regimento interno, que se refere basicamente ao comportamento dos feirantes e à manutenção do local de trabalho. Dentre elas, as mais lembradas pelos feirantes foram: cada um só pode trabalhar com um tipo de mercadoria (E4, E6, E10, E14); manter o ponto limpo (E24, E28); atender bem os turistas (E8); não pode haver discussão entre os feirantes sob a pena de suspensão (E8, E9, E15); não podem consumir bebidas alcoólicas durante o horário de funcionamento (E9, E15, E27); desmontar a barraca (E24); a disposição das mercadorias deve obedecer aos critérios estabelecidos (E25, E27); usar roupas adequadas durante o expediente (E27); cada um tem seu lugar definido, então não pode ocupar o espaço do outro (E16, E27). Deve-se destacar que alguns feirantes não conheciam as normas (E17, E21, E23, E26, E29). O manual não foi disponibilizado para consulta, sendo as informações a seu respeito concedidas pelos feirantes.

Apesar da luta da ASFABEM em resolver os problemas enfrentados pelos feirantes, ainda há muito o que se fazer para que a feira possa realmente ser chamada de cartão-postal de Fortaleza. Por conseguinte, alguns problemas merecem ser destacados, como a falta de segurança (E4, E7, E22, E25) e de estrutura, em termos de iluminação e proteção contra a chuva (E3, E4, E5, E6, E11, E16, E17, E28); necessidade de maior fiscalização para impedir que pedintes e ambulantes não cadastrados circulem pela feira (E7, E16); falta de lixeiras, o que pode prejudicar a limpeza do local (E17); melhor organização (E2, E14, E16, E23); e a necessidade de banheiros adequados (E3, E18, E25). Cabe ressaltar que a Feira não dispunha de nenhum banheiro, mas recentemente a ASFABEM conseguiu banheiros químicos para o local, que, embora não sejam suficientes, suprem as demandas em relação ao período anterior.

Hoje a feira está bem diferente do que ela era em 1978. No entanto, os feirantes divergem em sua opinião sobre a situação atual, conforme o Quadro 4.

Quadro 4 – Percepção de valor do grupo em relação à feira

"Está bem, tá mais organizada, vai ter uma mudança agora, tão sabendo, né?" (E9)
"Péssima, taí o povo só andando e não compra nada" (E10)
"A feira tá excelente [...] nós estamos gostando muito, tem aí alguma coisa, melhoras, futuramente né? Por causa da reforma que vai haver vai ficar muito linda a feira, tamo esperando mais alguma coisa" (E14)
"A feira hoje, em relação aos outros tempos, tá ótima, principalmente [...] porque a feira fica fixa" (E15)
"Pra mim tá muito ruim, porque eu não tô vendendo, só tá bem se a pessoa estiver vendendo, né?" (E23)
"Boa, boa [...] tamo atravessando uma fase boa porque é a alta estação no meio do ano" (E24)
"Péssima! O turismo está fraquíssimo aqui, né?" (E25)
"Já foi muito boa, agora não é muito não" (E28)
"Tá boa [...] e vem agora a reforma" (E29)

Fonte: Elaboração dos autores.

Percebe-se que alguns são favoráveis à situação atual da feira (E9, E14, E15, E24, E29), e outros contra (E10, E23, E25, E28). Alguns defendem o trabalho da ASFABEM (E1, E3, E4, E5, E7, E9, E11, E14, E15, E22, E27), enquanto outros acham que ela não está fazendo um bom trabalho e, portanto, é dispensável (E2, E6).

Atribui-se à feira importância principalmente econômica, uma vez que é vista pelos feirantes como fonte de renda e geração de empregos diretos e indiretos. É importante também por ser considerada um cartão de visita que todo turista almeja conhecer tanto pela brisa fresca quanto pela variedade de produtos, conforme E5: "a feirinha faz parte da orla, da cultura cearense, já se incorporou". Ela é conhecida nacional e internacionalmente e é parada obrigatória para quem visita a cidade.

De acordo com E22, a feira se descaracterizou porque anteriormente era menor e vendia mais artesanato (E1, E7, E16, E19, E24, E27). Hoje, existem poucos artesãos na feira e mais vendedores de confecção e artesanato. Uma das explicações para isso é o ciclo produtivo do artesanato, que é muito longo. Assim, não é possível produzir a quantidade necessária para vender e, ao mesmo tempo, trabalhar na feira, pois isso se torna cansativo (E1, E29). Deste modo, alguns feirantes optaram pela diversificação de mercadorias, adquirindo-as de terceiros, para terem meios para trabalhar. Para E1,

foi essa diversidade de mercadorias que fez que a feira atingisse a magnitude que tem hoje.

Há um misto de incerteza e expectativa sobre o futuro entre os feirantes devido ao Projeto de Reforma da Avenida Beira Mar, que propõe mudanças bruscas na orla, inclusive onde acontece a feira. Como é tombada, acredita-se que a feira não acabará. E22 diz que há "muita expectativas, porque a gente ainda não sabe como vai ficar depois da reforma né, aí a gente fica assim em dúvida, sem saber como é né, não tem aquela explicação [...] se vai ser fixa ou móvel, se vai ficar mesmo ou se não vai, se vai ser subterrâneo ou se vai ficar em cima". Já E21 explica: "a gente sempre fica com medo duma reforma, já tão falando de reforma aí, essa feira vai ter um aterro, vai mais pra dentro [...], mas isso não vai ser pra agora, vai ser pra 2015".

4.3 Mecanismos de mudança isomórfica

Os mecanismos isomórficos podem ser notados ao longo do processo de formação da feira. O isomorfismo coercitivo pode ser percebido nas constantes ações do poder público ao longo do tempo, ao estabelecer normas e regras que organizem o funcionamento e o espaço ocupado.

Conforme citado, a feira foi iniciada por poucas pessoas, que procuravam respostas às incertezas, como o desemprego. Assim, as pessoas

começaram a imitar as outras ao ir vender na Beira Mar, como se pode constatar nos seguintes trechos das entrevistas: “aí eu observei as pessoas vendendo na orla marítima. Só que nessa época eu estava desempregada [...] Aí eu comecei a perguntar a alguns feirantes: como é que a gente faz pra vender aqui? A gente paga alguma coisa aqui? Aí falaram: Não, a gente não paga nada não, é só vim e colocar” (E7); “[...] eu tinha uma amiga que trabalhava na feira, aí eu entendi de vir trabalhar com ela, aí ganhei um ponto e estou aqui” (E12); caracterizando o isomorfismo mimético.

O isomorfismo normativo também se fez presente durante o processo de institucionalização da feira, já que ela se caracterizou como uma luta coletiva dos feirantes para definir métodos e condições dos seus trabalhos, para controlar e estabelecer uma base e legitimação cognitivas para suas autonomias ocupacionais. Esse tipo de isomorfismo prevalece na feira, pois os feirantes continuam lutando por ela. Um deles diz o seguinte: “fomos todos nós que fizemos essa feira, na luta do dia a dia, no sol, na chuva e agora ela se tornou essa beleza que é” (E27).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo dos anos, a Feira de Artesanato da Beira Mar em Fortaleza passou por várias mudanças tanto impostas pelo governo para melhorar a organização e o funcionamento da feira quanto sugeridas pelos turistas, que passaram a exigir outros tipos de mercadoria. Com relação ao primeiro objetivo específico, identificar os principais fatores que motivaram o surgimento e desenvolvimento da Feira de Artesanato da Beira Mar em Fortaleza, verificou-se que o fator motivacional para o surgimento da Feira foi a busca por um meio para sobreviver, haja vista que os primeiros feirantes tinham a força de trabalho e o produto; no entanto, faltava-lhes a quem vender. Portanto, vender para os turistas na Beira Mar surgiu como uma alternativa.

Quanto ao segundo objetivo específico, identificar os principais atores sociais, no processo de institucionalização da Feira de Artesanato da Beira Mar em Fortaleza, constatou-se que os principais atores sociais nesse processo foram os próprios feirantes, embora o poder público também tenha um papel de destaque por regulamentar a feira e, assim, legitimá-la por várias medidas para organizar o espaço da feira e do tombamento como patrimônio cultural do município.

No que se refere ao terceiro objetivo específico, identificar os impactos positivos, os grupos de interesse e resistência, a abrangência da disseminação e a perspectiva de continuidade da Feira de Artesanato da Beira Mar em Fortaleza, observou-se que os principais impactos da feira são a geração de renda e de empregos diretos e indiretos. Embora a ASFABEM, que surgiu como uma iniciativa dos próprios feirantes para organizar a feira, seja bem vista entre eles, ainda há grupos de resistência que se opõem ao trabalho desenvolvido. Quanto à continuidade da feira, há incerteza entre os feirantes devido às reformas que estão por vir. Chegou-se à conclusão de que a feira encontra-se no estágio de sedimentação, pois ela conseguiu sobreviver ao longo de 35 anos, mostrando grande abrangência, difusão e legitimação, tanto em nível nacional quanto internacional, ao ponto dela se tornar parte constituinte da realidade e cultura cearense.

Finalmente, no quarto objetivo específico, procurou-se identificar as características isomórficas da Feira de Artesanato da Beira Mar em Fortaleza. Dessa forma, podem-se identificar durante o processo de institucionalização, os três tipos de isomorfismo, coercitivo, mimético e normativo, com destaque para o normativo e coercitivo.

A pesquisa apresentou algumas limitações, dentre elas: alguns feirantes recusaram-se a participar das entrevistas devido à insatisfação com a feira, por estarem ocupados, pelo horário das entrevistas (alguns diziam que era cedo demais, outros que era tarde), devido ao aumento do fluxo

de pessoas (alta estação); os entrevistados eram objetivos em suas respostas e não explanavam com muitos detalhes os acontecimentos, além de preocuparem-se com o tempo gasto; reforma na unidade da SER II da Avenida Beira Mar, o que impossibilitou o acesso a alguns dados.

Mostrou-se, com este artigo, as profundas mudanças ocorridas em uma das feiras mais conhecidas do Ceará à luz da Teoria Institucional. Reconhecida como um objeto do

cotidiano dos fortalezenses, tornou-se um dos mais marcantes símbolos da cidade, conquistando sua legitimidade pela luta dos feirantes nos órgãos públicos.

Para futuras pesquisas, sugere-se estudar o processo de institucionalização da Feira de Artesanato da Beira Mar do ponto de vista do governo e dos turistas. Pode-se também estudar outras feiras, como a Feira da Sé e as feiras que acontecem nas praças da cidade.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.

BAUER, M.; GASKELL, G. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. 9. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. *A construção social da realidade*. 16. ed. Petrópolis: Vozes, 1989.

COLLIS, J.; HUSSEY, R. *Pesquisa em administração: um guia prático para alunos de graduação e pós-graduação*. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

CRESWELL, J. W. *Projeto de pesquisa: métodos qualitativo e quantitativo*. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

DEEPHOUSE, D. L.; SUCHMAN, M. Legitimacy in organizational institutionalism. In: GREENWOOD, R.; OLIVER, C.; SAHLIN-ANDERSSON, K.; SUDDABY, R. *The SAGE handbook of organizational institutionalism*. Los Angeles: SAGE, 2008. p. 49-77.

DIMAGGIO, P. J.; POWELL, W. W. Jaula de ferro revisada: isomorfismo institucional e racionalidade coletiva nos campos organizacionais. In: CALDAS, M. P.; BERTERO, C. O. *Teoria das organizações*. São Paulo: Atlas, 2007. p. 117-142.

FORTALEZA. Decreto nº 9.143, de 9 de julho de 1993, com nova redação dada pelo decreto nº 9.300 de 17 de janeiro de 1994. Fortaleza: Prefeitura Municipal de Fortaleza, 1993.

_____. Secretaria de Cultura. Lei nº 7.719 de 23 de maio de 1995 da Câmara Municipal de Fortaleza. Fortaleza: Prefeitura Municipal de Fortaleza, 1995. Disponível em: <<http://legislacao.fortaleza.ce.gov.br/images/fff/7719-1995.pdf>>. Acesso em: 4 mar. 2016.

_____. Secretaria de Cultura. *Você sabe o que é um patrimônio cultural?* Fortaleza: Prefeitura Municipal de Fortaleza, 2013a. Disponível em: <<http://www.fortaleza.ce.gov.br/cultura/voce-sabe-o-que-e-um-patrimonio-cultural>>. Acesso em: 15 de junho de 2013.

_____. Secretaria Executiva Regional II. *Relatório de fiscalização do comércio ambulante*. Fortaleza: Prefeitura Municipal de Fortaleza, 2013.

GONÇALVES, L. A. A. *Traçando mobilidades e tecendo territorialidades: o comércio de artesanato Beira-Mar de Fortaleza/CE*. 2009. 201 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Centro de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2009.

REFERÊNCIAS

- GREENWOOD, R.; OLIVER, C.; SAHLIN-ANDERSSON, K.; SUDDABY, R. Introduction. In: _____. **The sage handbook of organizational institutionalism**. Los Angeles: SAGE, 2008. p. 1-46.
- LIMA, B. C. C. **Economia criativa no Ceará: um estudo da institucionalização do campo do humor**. 2012. 195 p. Dissertação (Mestrado em Administração e Controladoria) – Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012.
- MACHADO-DA-SILVA, C. L.; GUARIDO FILHO, E. R.; ROSSONI, L. Campos organizacionais: seis leituras e a perspectiva de estruturação. **Revista de Administração Contemporânea**, ed. esp., p. 109-147, 2010.
- MAY, T. **Pesquisa social: questões, métodos e processos**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Relatório de economia criativa 201. In: CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE COMÉRCIO E DESENVOLVIMENTO, Genebra. **Anais...** São Paulo: Ministério da Cultura, 2010. Disponível em: <<http://www2.cultura.gov.br/economiacriativa/wp-content/uploads/2013/06/relatorioUNCTAD2010Port.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2013.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. **Patrimônio cultural no Brasil**. 2013. Disponível em: <<http://www.unesco.org/new/pt/brasil/culture/world-heritage/cultural-heritage/>>. Acesso em: 16 jun. 2013.
- PIMENTA, C. A. M.; MELLO, A. S. Entre doces, palhas e fibras: experiências populares de geração de renda em cidades de pequeno porte no sul de Minas Gerais. **Estudos de Sociologia**, v. 1, n. 20, 2014. Disponível em: <<http://www.revista.ufpe.br/revsocio/index.php/revista/article/view/335/291>>. Acesso em: 8 set. 2015.
- PRATES, A. A. P. Organização e instituição no velho e novo institucionalismo. In: RODRIGUES, S. B.; CUNHA, M. P. (Org.). **Novas perspectivas na administração de empresas: uma coletânea luso-brasileira**. São Paulo: Iglu, 2000.
- QUINELLO, R. **A teoria institucional aplicada à administração**. São Paulo: Novatec, 2007.
- SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, M. P. B. **Metodologia de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2013.
- THIRY-CHERQUES, H. R. Saturação em pesquisa qualitativa: estimativa empírica de dimensionamento. **Revista Brasileira de Pesquisa de Marketing e Opinião Pública**, n. 3, p. 20-27, set. 2009.
- TOLBERT, P. S.; ZUCKER, L. G. A institucionalização da teoria institucional. In: CLEGG, S. R.; HARDY, C.; NORD, W. R. (Org.). **Handbook dos estudos organizacionais**. São Paulo: Atlas, 1998. p. 196-219.
- VERGARA, S.; SILVA, H. Organizações artesanais: um sistema esquecido na teoria das organizações. **Revista Portuguesa e Brasileira de Gestão**, v. 6, n. 3, p. 32-38, jul. 2007.
- VIEIRA, M. M. F.; CARVALHO, C. A. Campos organizacionais: de wallpaper à construção histórica do contexto de organizações culturais em Porto Alegre e Recife. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 27., 2003, Atibaia. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2003.
- YIN, R. K. **Estudo de caso**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.
- ZUCKER, L. G. The role of institutionalization in cultural persistence. **American Sociological Review**, v. 42, n. 5, p. 726-743, 1977.